

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	DIREITO GLOBAL								
<b>DOCENTE</b>	EVANDRO MENEZES DE CARVALHO								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR016	<b>SEMESTRE</b>	2022.1	<b>PERÍODO</b>	3º	<b>NATUREZA</b>	OBRIGATÓRIA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Formação e métodos do Direito Internacional. Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado. O Estado como sujeito de Direito Internacional, reconhecimento e sucessão. Imunidades no Direito Internacional. Imunidade Estatal, Diplomática e Consular. Responsabilidade Internacional de Estados. Fontes do Direito Internacional (Público e Privado). Tratados Internacionais e prática brasileira. Conflito de Fontes do Direito Internacional. História e teoria das organizações internacionais. Panorama das organizações internacionais universais, regionais e sub-regionais das quais o Brasil faz parte. Direito Institucional e solução de controvérsias nas organizações internacionais. Tribunais internacionais. Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias). Manutenção da paz e da segurança internacional. Posição brasileira perante a ONU. Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea relevantes para o Brasil.								
<b>OBJETIVOS</b>	Refletir e compreender o papel do Estado, das Organizações Internacionais e dos indivíduos como sujeitos de Direito Internacional sob uma ótica contemporânea.								
<b>METODOLOGIA</b>	<p>A metodologia adotada será diversificada. Buscar-se-á, ao máximo, a construção do conhecimento em sala de aula, com debates dirigidos conforme leitura prévia, aliado a exposição de conteúdo. Ademais, os alunos serão incentivados à análise crítica de casos, que poderá ser feita por arguição ou apresentação em aula.</p> <p>Para isso, será utilizada metodologia expositiva e participativa, bem como demais recursos didáticos. Serão realizados debates em grupo para discussão dos temas propostos, conjugados com análises jurisprudenciais comparadas. A maior parte dos pontos da disciplina será contextualizada mediante situações-problema específicas, o que pressupõe uma constante participação do aluno em sala de aula.</p> <p>Os principais métodos a serem utilizados poderão ser resumidos conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) análise de casos;</li> <li>(ii) análise de julgados;</li> <li>(iii) aulas expositivo-participativas;</li> <li>(iv) estudos dirigidos;</li> <li>(v) debates;</li> <li>(vi) resenhas.</li> </ul>								
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1	Introdução ao Direito Internacional. Domínios do Direito Internacional (Público e Privado). Direito estrangeiro e direito comparado. Direito transnacional. Direito Supranacional. Soft Law.								
2	Formação e métodos do Direito Internacional.								
3	Sujeitos de Direito Internacional Público e Privado.								

4	O Estado como sujeito de Direito Internacional. Soberania e Política Externa.
5	Reconhecimento de Estado e de governo. Sucessão de Estados.
6	Domínio Público Internacional: mar e espaço aéreo.
7	Jurisdição e Imunidades no Direito Internacional: Imunidade Estatal, Diplomática e Consular
8	Diplomacia, direito diplomático e consular
9	Responsabilidade Internacional de Estados
10	Modos de solução de conflitos internacionais.
11	Fontes do Direito Internacional (Público e Privado).
12	Tratados internacionais e a prática brasileira. Conflito de fontes do direito internacional.
13	Condição jurídica do estrangeiro e a proteção internacional dos direitos humanos.
14	História e teoria das organizações internacionais.
15	Organização das Nações Unidas (formação, estrutura, ordem jurídica e sistema de solução de controvérsias).
16	Manutenção da paz e da segurança internacional. Uso da força e legítima defesa.
17	Corte Internacional de Justiça e estudos da jurisprudência internacional contemporânea.
18	Moot Court ou Apresentação de trabalhos.
19	Moot Court ou Apresentação de trabalhos.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Júri simulado conjugado com avaliação individual, escrita e anônima.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. 7ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016. SEITENFUS, Ricardo. Direito Internacional Público. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	BROWNLIE, Ian. Principles of Public International Law. Oxford University Press. CARVALHO, Evandro Menezes de. Semiotics of International Law: trade and translation. NY: Springer. HE, Zhipeng; SUN, Lu. A Chinese Theory of International Law. NY: Springer, 2020. SEITENFUS, Ricardo. Relações Internacionais. 5ª ed. Barueri, SP: Manole. SHAW, Malcolm. International Law. Cambridge University Press; 6 edition 2017.